



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 41, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Alterada pela [Portaria PGR/MPU nº 76, de 3 de maio de 2023](#)
Alterada pela [Portaria PGR/MPU nº 55, de 13 de abril de 2023](#)
Alterada pela [Portaria PGR/MPU nº 97, de 21 de junho de 2022](#)
Alterada e revogada parcialmente pela [Portaria PGR/MPU nº 89, de 25 de junho de 2020](#)
Alterada pela [Portaria PGR/MPU nº 111, de 3 de outubro de 2019](#)
Alterada pela [Portaria PGR/MPU nº 32, de 18 de abril de 2018](#)
Alterada pela [Portaria PGR/MPU nº 13, de 21 de fevereiro de 2018](#)
Alterada pela [Portaria PGR/MPU nº 37, de 11 de maio de 2016](#)
Alterada pela [Portaria PGR/MPU nº 10, de 26 de fevereiro de 2016](#)
Alterada pela [Portaria PGR/MPU nº 1, de 18 de janeiro de 2016](#)
Vide [Portaria PGR/MPF nº 951, de 12 de novembro de 2015](#)
Vide [Portaria PGR/MPF nº 538, de 14 de julho de 2015](#)
Vide [Portaria PGR/MPF nº 539, de 14 de julho de 2015](#)
Alterada pela [Portaria PGR/MPU nº 33, de 30 de abril de 2015](#)
Alterada pela [Portaria PGR/MPU nº 60, de 19 de setembro de 2014](#)

Dispõe sobre a concessão de diárias e passagens aos membros e servidores do Ministério Público da União.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XIII do art. 26 da [Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993](#), e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 227 do mesmo diploma normativo, nos artigos 58 e 59 da [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), no art. 4º da [Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991](#), e ainda nas Resoluções CNMP nº 58, de 20 de julho de 2010, e nº 86, de 21 de março de 2012, RESOLVE:

TÍTULO I

DAS DIÁRIAS E PASSAGENS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O membro ou servidor do Ministério Público da União - MPU que, a serviço, se deslocar da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus à percepção de diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com hospedagem, alimentação e locomoção urbana no destino, sem prejuízo do

fornecimento de passagens ou indenização de transporte, segundo critérios estabelecidos nesta Portaria e conforme os valores constantes do Anexo I.

§ 1º Além das indenizações previstas no caput, será concedida aos membros e servidores do MPU nos deslocamentos, desde que não fornecido transporte pela Administração, indenização adicional por trecho, no valor constante no Anexo I, destinado a cobrir despesas de deslocamento na origem:

I - do local de trabalho ou da residência até o local de embarque; e

II – do local de desembarque até o local de trabalho ou da residência.

§ 2º Somente será permitida a concessão das indenizações previstas nesta Portaria nos limites dos recursos orçamentários disponíveis no exercício do deslocamento, ressalvada a hipótese em que o deslocamento se estender até o exercício subsequente, caso em que a despesa recairá naquele em que se iniciou.

§ 3º Para os fins desta Portaria, consideram-se:

I - propostos: os membros e servidores do MPU, bem como os colaboradores e colaboradores eventuais;

II - cadastrador: a pessoa designada para cadastrar o requerimento inicial no sistema eletrônico de gestão de viagens;

III - revisor: a pessoa vinculada à unidade do autorizador designada para realizar a triagem e o encaminhamento dos pedidos formulados a este último;

IV - autorizador: as autoridades indicadas no art. 28;

V - colaborador: a pessoa física sem vínculo funcional com o MPU, mas vinculada à Administração Pública;

VI - colaborador eventual: a pessoa física sem vínculo funcional com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas; e

VII - equipe de trabalho: a instituída por ato do Procurador-Geral, Corregedor-Geral, Secretário-Geral, Diretor-Geral de cada ramo do MPU ou Auditor-Chefe da Auditoria Interna do Ministério Público da União, para a realização de missões institucionais específicas.

§ 4º Enquanto não cumpridas as formalidades previstas nesta Portaria, os propostos não perceberão diárias ou reembolsos e nem terão emitidas passagens em seu favor.

§ 5º As diárias para o exterior serão calculadas de acordo com os valores constantes no Anexo I, na tabela "Valores da Indenização de Diária no Exterior", utilizando-se

complementarmente a tabela "Classificação de Países". ([Incluído pela Portaria PGR/MPU nº 111, de 3 de outubro de 2019](#))

§ 6º O servidor designado para trabalho à distância, nos termos dos arts. 25 e 26 da [Portaria PGR/MPU nº 81, de 7 de outubro de 2021](#), que a serviço se deslocar, em caráter eventual ou transitório, no interesse da Administração, para localidade diversa da sede da sua unidade de lotação, em território nacional ou no exterior, tem direito às indenizações previstas neste artigo, utilizando-se como ponto de referência o município sede de sua unidade de lotação, salvo se o deslocamento do município onde autorizado a residir implicar menor despesa. ([Incluído pela Portaria PGR/MPU nº 55, de 13 de abril de 2023](#))

§ 7º O servidor designado para trabalho à distância, nos termos do art. 1º, § 1º, da [Portaria PGR/MPU nº 424, de 5 de julho de 2013](#), que a serviço se deslocar, em caráter eventual ou transitório, no interesse da Administração, para localidade diversa do seu município de residência, em território nacional ou no exterior, tem direito às indenizações previstas neste artigo, utilizando-se como ponto de referência o município onde autorizado a residir. ([Incluído pela Portaria PGR/MPU nº 55, de 13 de abril de 2023](#))

Art. 2º O proposto não fará jus à diária:

I - quando governo estrangeiro ou organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere fornecer ou custear as despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana, ressalvado o direito à indenização previsto no § 1º do art. 1º;

II - quando as despesas forem custeadas pela instituição responsável pela realização do evento;

III - quando se deslocar dentro do Distrito Federal, da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas, salvo quando houver pernoite;

IV - quando se deslocar em áreas de controle integrado mantidas com países limítrofes, cuja jurisdição e competência de órgãos, entidades e servidores brasileiros se considera estendida, salvo quando houver pernoite;

V - na hipótese de retardamento da viagem motivado pela empresa transportadora, a qual se responsabiliza, segundo a legislação pertinente, pelo fornecimento de hospedagem, alimentação e transporte; e

VI - quando não houver compatibilidade dos motivos do deslocamento com o interesse público ou correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo ou as atividades desempenhadas no exercício da função de confiança ou do cargo em comissão.

~~§ 1º Nas hipóteses previstas no inciso III e nos municípios de grande extensão territorial, quando o destino extrapolar a distância de 100 (cem) quilômetros da sede de lotação do proposto, será devida meia diária. [\(Revogado pela Portaria PGR/MPU nº 10, de 26 de fevereiro de 2016\)](#)~~

§ 2º Quando houver pernoite na hipótese do inciso IV, as diárias serão sempre fixadas para afastamentos dentro do território nacional.

~~§ 3º A despeito da hipótese prevista no inciso III, será sempre devido o pagamento de diárias nos deslocamentos efetuados a serviço aos municípios abrangidos pela área de atuação vinculada à Procuradoria da República considerada Satélite. [\(Revogado pela Portaria PGR/MPU nº 10, de 26 de fevereiro de 2016\)](#)~~

§ 4º Não serão devidas, em nenhuma hipótese, as indenizações previstas nesta Portaria aos estagiários e adolescentes aprendizes no âmbito do MPU.

Art. 3º Não será autorizado o pagamento de diárias e de despesas com o deslocamento, a emissão de passagens e o ressarcimento de desembolso com transporte de membros e servidores, por comparecimento a evento promovido por outra instituição, salvo:

I – se o evento estiver concretamente vinculado a objeto de processo judicial, procedimento administrativo, procedimento criminal, inquérito civil ou inquérito policial, hipótese em que a justificativa da necessidade de comparecimento e o número dos autos devem constar expressamente do requerimento;

II – não se enquadrando o evento na hipótese do inciso anterior, por designação do Coordenador da Câmara respectiva ou do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão;

III – por designação para representação do ramo pelo respectivo Procurador-Geral ou seus delegatários.

CAPÍTULO II

DO REQUERIMENTO

~~Art. 4º Os requerimentos de viagens, que poderão incluir diárias e passagens, deverão ser preenchidos pelo cadastrador, por meio do sistema eletrônico de gestão de viagens, e encaminhados ao revisor com antecedência mínima de cinco dias úteis da data do deslocamento aéreo nacional e sete dias úteis da data do deslocamento aéreo internacional.~~

~~§ 1º O revisor deverá submeter o requerimento ao autorizador com antecedência mínima de quatro dias úteis da data do deslocamento aéreo nacional e seis dias úteis da data do deslocamento aéreo internacional.~~

Art. 4º Os requerimentos de viagens, que poderão incluir diárias e passagens, deverão ser preenchidos pelo cadastrador, por meio do sistema eletrônico de gestão de viagens, e encaminhados ao revisor com antecedência mínima de 21 (vinte e um) dias da data do deslocamento aéreo nacional ou do deslocamento aéreo internacional.

§ 1º O revisor deverá submeter o requerimento ao autorizador com antecedência mínima de vinte dias da data do deslocamento aéreo nacional ou do deslocamento aéreo internacional. [\(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 111, de 3 de outubro de 2019\)](#)

§ 2º O deslocamento terrestre poderá ser requerido e autorizado até a data da sua efetiva realização, observada a disposição do inciso IV do art. 10.

~~§ 3º Nos eventos promovidos pelos ramos do MPU, o requerimento de viagem deverá ser cadastrado e encaminhado ao revisor com antecedência mínima de quinze dias úteis da data do deslocamento quando houver participação de mais de dez pessoas, e submetido ao autorizador no prazo de dois dias úteis após aquele encaminhamento.~~

§ 3º Nos eventos promovidos pelos ramos do MPU, o requerimento de viagem deverá ser cadastrado e encaminhado ao revisor com antecedência mínima de 21 (vinte e um) dias da data do deslocamento quando houver participação de mais de dez pessoas, e submetido ao autorizador no prazo de um dia útil após aquele encaminhamento. [\(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 111, de 3 de outubro de 2019\)](#)

§ 4º Em se tratando de audiências judiciais ou de ocorrências no plantão, não programadas, de circunstâncias decorrentes de caso fortuito ou força maior, bem como nos casos de busca ou entrega de processos e documentos urgentes assim definidos pelos Procuradores-Chefes, Secretário-Geral ou Diretor-Geral de cada ramo do MPU, no âmbito de suas respectivas atribuições, os requerimentos, com as razões e os respectivos documentos comprobatórios do ato e da impossibilidade de cumprimento dos prazos previstos no caput, serão formulados mediante ofício dirigido ao Secretário-Geral ou ao Diretor-Geral do ramo pertinente, a quem incumbe, se for o caso, autorizar a inclusão excepcional da solicitação no sistema de gestão de viagens.

§ 5º Ressalvada a hipótese do parágrafo anterior, não haverá pagamento de diárias em viagem realizada sem a devida autorização prévia, podendo ser autorizado o ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas mediante requerimento apresentado por meio de formulário próprio, constante no Anexo III, juntamente com as notas fiscais e recibos dos gastos efetuados, após a emissão de parecer do revisor, atestando o cumprimento das formalidades regulamentares, e da decisão de mérito lançada pelo Secretário-Geral ou pelo Diretor-Geral do ramo pertinente, respeitados, no que couber, os limites e regras estabelecidos no § 7º do presente artigo e no art. 6º.

§ 6º Para o ressarcimento previsto no parágrafo anterior:

I - serão considerados documentos hábeis para a comprovação das despesas realizadas, notas fiscais ou recibos que contenham descrição unitária e detalhada dos produtos consumidos e serviços prestados;

II - as passagens emitidas diretamente pelo proposto devem observar os parâmetros previstos nos incisos I e II do art. 16 desta Portaria.

§ 7º O ressarcimento previsto no § 5º, se autorizado pelo Secretário Geral ou Diretor-Geral dos ramos do MPU, integrará lista organizada pela Secretaria-Geral ou Diretoria-Geral do respectivo ramo, e será pago observando a ordem cronológica da decisão e a disponibilidade financeira e orçamentária existente.

§ 8º O requerimento previsto no caput deverá ser expressamente justificado quando o afastamento tiver início na sexta-feira, ou incluir sábados, domingos e feriados, condicionado seu deferimento à aceitação da justificativa pela autoridade competente.

§ 9º Os valores a serem pagos a título de ressarcimento de despesas com hospedagem, alimentação e transporte nos casos previstos nesta Portaria estarão limitados ao valor da respectiva diária.

§ 10 Na hipótese de remoção de membro, o prazo para o cadastrador preencher o requerimento de viagem referente ao deslocamento para a nova unidade de lotação será de 7 (sete) dias a partir do início da contagem do período de trânsito. O revisor deverá submeter o requerimento ao autorizador com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data do deslocamento aéreo. ([Incluído pela Portaria PGR/MPU nº 89, de 25 de junho de 2020](#))

Art. 5º O cadastrador instruirá os pedidos de diárias fazendo constar do processo de concessão as seguintes informações:

I - o nome, matrícula, cargo ou função do cadastrador;

II - o nome, matrícula, CPF e o cargo, emprego ou função do proposto;

III - a descrição detalhada do serviço a ser executado ou motivo da substituição;

IV - a descrição detalhada da atividade prevista no caput do art. 7º, quando for o caso;

V - a indicação dos locais onde o serviço será executado;

VI - o período do deslocamento;

VII - a indicação sobre o fornecimento, por outra instituição ou entidade, de alimentação, transporte urbano ou hospedagem no local, ou locais, da execução dos trabalhos;

VIII - a indicação do adicional por trecho previsto no § 1º do art. 1º, se houver;

IX - a conta corrente em que serão creditadas as diárias, com indicação da agência e do estabelecimento bancário respectivos;

X - em caso de deslocamento de servidor, a ciência, subscrita pelo chefe da unidade respectiva, da pretensão do deslocamento;

XI - o despacho da autoridade competente, se for o caso;

XII - em caso de deslocamento para substituição:

a) indicação do número de vagas providas na unidade de destino;

b) indicação do número de membros atuantes durante o período da substituição na unidade de destino;

c) declaração do cadastrador de que o proposto não incide nas hipóteses de que tratam os artigos 23 e 25 desta Portaria;

XIII - declaração do proposto de que a hipótese não está compreendida nas exceções previstas no art. 2º.

XIV - quando o proposto for servidor designado para o trabalho à distância, nos termos da [Portaria PGR/MPU nº 81, de 7 de outubro de 2021](#), manifestação da sua chefia imediata demonstrando a relevância e a necessidade do deslocamento. ([Incluído pela Portaria PGR/MPU nº 55, de 13 de abril de 2023](#))

CAPÍTULO III

DO CÁLCULO DA DIÁRIA

Art. 6º As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede do serviço, incluindo-se a data de partida e a de chegada, destinando-se a indenizar o proposto por despesas extraordinárias com hospedagem, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º O valor da diária será devido à metade nos seguintes casos:

I - quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede;

~~II - nas hipóteses previstas no inciso III do art. 2º e nos municípios de grande extensão territorial, quando o destino extrapolar a distância de 100 (cem) quilômetros da sede de lotação do proposto;~~ ([Revogado pela Portaria PGR/MPU nº 37, de 11 de maio de 2016](#)).

III – no dia do retorno à sede;

IV - quando a União custear, por meio diverso, as despesas de hospedagem;

V - quando o proposto ficar hospedado em imóvel pertencente à União ou que esteja sob administração do Governo brasileiro ou de suas entidades;

VI - quando o governo estrangeiro ou organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere custear as despesas com alimentação ou hospedagem.

§ 2º As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação e ao auxílio transporte a que fizer jus o beneficiário, exceto aquelas eventualmente pagas em fins de semana e feriados.

~~§ 3º Em caso de autorização para deslocamento em veículo próprio, terá direito à indenização por quilômetro rodado, no valor constante no Anexo I, correspondente às despesas realizadas com o deslocamento, mediante o preenchimento do formulário de solicitação de reembolso pela utilização de veículo próprio, constante no Anexo II, após verificada a compatibilidade com o trecho percorrido, ida e volta, na rota rodoviária de menor percurso.~~

§ 3º Em caso de autorização para deslocamento em veículo próprio, terá direito à indenização, por quilômetro rodado, limitada a mil quilômetros por viagem, no valor constante no Anexo I, correspondente às despesas realizadas com o deslocamento, mediante o preenchimento do formulário de solicitação de reembolso pela utilização de veículo próprio, constante no Anexo II, após verificada a compatibilidade com o trecho percorrido, ida e volta, na rota rodoviária de menor percurso. [\(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 111, de 3 de outubro de 2019\)](#)

§ 4º Os servidores em deslocamento que compuserem a mesma equipe de trabalho perceberão valor de diária idêntico, correspondente ao maior valor pago entre os servidores integrantes do respectivo grupo, ressalvado quando a equipe prestar assessoramento técnico direto a membro do MPU, hipótese em que se aplicará o disposto no art. 7º

§ 5º Serão concedidas diárias e passagens para o servidor que for convocado pela junta médica oficial, no interesse do serviço.

§ 6º Para os servidores nomeados em caráter interino, ou designados como substitutos, nas ausências e impedimentos legais do ocupante do cargo substituído, o valor da diária corresponderá ao do cargo em comissão ou da função de confiança exercidos interinamente ou em substituição.

§ 7º O valor da diária para deslocamento no território nacional concedida aos servidores não poderá ultrapassar a quantia de R\$ 700,00 (setecentos reais), incluída no limite,

quando for o caso, a indenização adicional por trecho. ([Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 1, de 18 de janeiro de 2016](#))

~~Art. 7º Quando o servidor se deslocar para prestar assessoramento técnico diretamente a membro do MPU, o valor da diária será de oitenta por cento da percebida pelo membro acompanhado, hipótese em que o membro proposto deverá detalhar as atividades a serem desenvolvidas pelo servidor.~~

~~Art. 7º Quando o servidor se deslocar para prestar assessoramento técnico diretamente a membro do MPU que exija acompanhamento em tempo integral e hospedagem no mesmo local, fará jus à diária correspondente a oitenta por cento do valor percebido pelo membro acompanhado, hipótese em que o membro proposto deverá detalhar as atividades a serem desenvolvidas pelo servidor. ([Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 33, de 30 de abril de 2015](#))~~

Art. 7º Quando o servidor se deslocar para prestar assessoramento técnico diretamente a membro do MPU que exija acompanhamento em tempo integral e hospedagem no mesmo local, fará jus à diária correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor percebido pelo membro acompanhado, desde que este valor não seja inferior à diária correspondente prevista no Anexo I, cabendo ao membro proposto detalhar as atividades a serem desenvolvidas pelo servidor. ([Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 111, de 3 de outubro de 2019](#))

~~§ 1º O assessoramento técnico a que se refere o caput compreende serviço especializado, prestado por servidor que detenha conhecimento específico sobre matéria atinente à área de atuação do membro assessorado, de forma a subsidiar e dar suporte à sua atuação, bem como serviço de escolta e segurança armadas prestado nos deslocamentos da autoridade protegida, relacionados ao desempenho de suas funções institucionais fora da sede de exercício.~~

“§ 1º O assessoramento técnico a que se refere o caput compreende serviço especializado, prestado por servidor que detenha conhecimento específico sobre matéria atinente à área de atuação do membro assessorado, de forma a subsidiar e dar suporte à sua atuação, bem como o planejamento, organização e coordenação de eventos institucionais, serviço de escolta e segurança armadas prestados nos deslocamentos da autoridade protegida, relacionados ao desempenho de suas funções institucionais fora da sede de exercício”. ([Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 97, de 21 de junho de 2022](#))

§ 2º Para os fins previstos no parágrafo anterior, considera-se:

I - autoridade protegida: o membro que se encontre efetivamente submetido a algum tipo de risco real em razão das suas atividades institucionais;

II – escolta e segurança armadas: a equipe de trabalho especialmente designada para o exercício da atividade de proteção da autoridade de que trata o inciso anterior.

§ 3º O procedimento para estabelecimento da proteção de autoridade será definida em ato do Procurador-Geral de cada ramo, de acordo com a análise de risco realizada em cada situação e das particularidades de atuação no respectivo ramo.

~~§ 4º Não constitui o assessoramento técnico direto a membro a realização de perícias, as atividades de apoio administrativo e operacional, bem como aquelas que envolvam planejamento, organização e coordenação de eventos institucionais fora da sede.~~

“§ 4º Não constitui o assessoramento técnico direto a membro a realização de perícias e as atividades de apoio administrativo e operacional.” ([Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 97, de 21 de junho de 2022](#))

CAPÍTULO IV

DOS COLABORADORES E COLABORADORES EVENTUAIS

~~Art. 8º A Administração poderá autorizar viagem, com o pagamento de diárias e passagens, para pessoa física que se deslocar para outra cidade a fim de prestar serviços não remunerados e cuja colaboração se revelar indispensável aos trabalhos desenvolvidos pelo MPU, observadas as disposições desta Portaria.~~

Art. 8º Administração poderá autorizar viagem, com o pagamento de diárias e passagens, para pessoa física que se deslocar para outra cidade a fim de prestar serviços cuja colaboração se revelar indispensável aos trabalhos desenvolvidos pelo MPU, observadas as disposições desta Portaria. ([Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 89, de 25 de junho de 2020](#))

§ 1º O arbitramento do valor da diária referenciada no caput e constante do Anexo I deve observar os seguintes parâmetros:

I - para o colaborador, será considerado a equivalência entre o cargo por ele ocupado na origem, se de nível médio ou superior; e

II - para o colaborador eventual, será estabelecida correlação segundo o seu nível acadêmico de instrução, se médio ou superior, compatível com as atividades a serem desenvolvidas.

§ 2º Aplicam-se, no que couber, ao colaborador eventual, as disposições fixadas para os servidores do quadro do MPU.

~~§ 3º O palestrante, na qualidade de colaborador ou colaborador eventual, somente fará jus à percepção de diárias e passagens quando a prestação do serviço não for remunerada.~~ ([Revogado pela Portaria PGR/MPU nº 89, de 25 de junho de 2020](#))

Art. 9º Na hipótese de os colaboradores e colaboradores eventuais prestarem assessoramento técnico direto a membro do MPU, aplicar-se-á o disposto no art. 7º, situação que deverá ser expressamente justificada pelo membro proposto e autorizada pela autoridade competente.

CAPÍTULO V

DO PAGAMENTO E DA PUBLICAÇÃO

Art. 10. As diárias serão pagas antecipadamente ou até o prazo final do deslocamento do proposto, mediante crédito em conta corrente, uma vez verificado o cumprimento dos requisitos regulamentares, salvo nas seguintes situações:

I - em casos emergenciais, quando poderão ser pagas após o fim da viagem;

II - quando o afastamento compreender período superior a quinze dias, caso em que poderão ser pagas parceladamente, a critério da autoridade competente;

III - na situação prevista no § 4º do art. 4º desta Portaria; e

~~IV - nos deslocamentos terrestres autorizados com menos de cinco dias úteis de antecedência da data da viagem.~~

IV - nos deslocamentos terrestres autorizados com menos de sete dias úteis de antecedência da data da viagem. [\(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 111, de 3 de outubro de 2019\)](#)

Art. 11. O extrato de concessão de diárias e passagens será publicado no veículo de divulgação interno e no portal da transparência de cada ramo do MPU, constando o nome e cargo do proposto, origem e destino de todos os trechos, período e motivo da viagem, meio de transporte e valor da passagem ou fretamento, bem como quantidade e valor das diárias concedidas e, em sendo o caso, o número do processo administrativo a que se refere a autorização.

§ 1º Tratando-se de cumprimento de missão sigilosa, a publicação de que trata o caput será realizada após finda a necessidade de manutenção do sigilo.

§ 2º As diárias concedidas deverão constar mensalmente nos contracheques do proposto.

Art. 12. A aquisição de passagens rodoviárias, ferroviárias ou hidroviárias, para os deslocamentos a serviço, será feita com o pagamento por suprimento de fundos ou por ressarcimento ao proposto, mediante apresentação dos bilhetes, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO VI

DA COMPROVAÇÃO

Art. 13. O efetivo deslocamento do proposto, bem como a atividade realizada, deverão ser comprovados no prazo máximo de quinze dias contados da data do término da viagem, por meio de declaração no sistema eletrônico de gestão de viagens, sob pena de devolução dos valores recebidos.

CAPÍTULO VII

DA RESTITUIÇÃO

~~Art. 14. O proposto devolverá as diárias não utilizadas ou aquelas creditadas fora das hipóteses autorizadas nesta Portaria, recebidas em excesso ou indevidamente, no prazo de cinco dias úteis contados do seu retorno ou da data do início da viagem não realizada.~~

Art. 14. O proposto devolverá as diárias e passagens que, por interesse particular, solicitar cancelamento ou não utilizar e daquelas creditadas fora das hipóteses autorizadas nesta Portaria, recebidas em excesso ou indevidamente, no prazo de cinco dias úteis contados do seu retorno ou da data do início da viagem não realizada, acrescidas de eventuais taxas e multas aplicáveis. ([Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 89, de 25 de junho de 2020](#))

§ 1º Quando a viagem for cancelada ou ocorrer adiamento superior a quinze dias ou sem previsão de nova data, o proposto devolverá as diárias em sua totalidade e os bilhetes de passagem, se for o caso, no prazo de cinco dias, a contar da data prevista da viagem.

§ 2º Até que seja sanada a pendência, não haverá nova autorização de viagem ao proposto que não tenha procedido à restituição prevista neste artigo.

§ 3º Não havendo restituição no prazo previsto no caput, e após o devido processo administrativo, o proposto estará sujeito ao desconto do valor em folha de pagamento do respectivo mês ou, não sendo possível, no mês imediatamente subsequente.

§ 4º A devolução da importância correspondente à diária, nos casos previstos nesta Portaria, e dentro do mesmo exercício financeiro, ocasionará, após o recolhimento à conta bancária de origem, a reversão do respectivo crédito à dotação orçamentária própria.

§ 5º A importância devolvida integrará os recursos do Tesouro Nacional, sendo considerada "Receita da União", quando efetivada após o encerramento do exercício no qual ocorreu o deslocamento.

§ 6º A restituição dos valores recebidos a título de diárias internacionais deverá ser realizado em moeda brasileira, conforme a cotação do dia da emissão da Ordem Bancária respectiva.

CAPÍTULO VIII

DOS DESLOCAMENTO NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. As passagens nacionais serão concedidas nas seguintes modalidades:

I - aérea, a ser adquirida pela administração;

II - rodoviária, ferroviária ou hidroviária, a ser adquirida preferencialmente pelo proposto e reembolsada posteriormente pela Administração, quando:

a) não houver disponibilidade de transporte aéreo regular no trecho pretendido;

b) não houver disponibilidade de transporte aéreo regular nas datas pretendidas.

§ 1º Caso as cidades de origem ou destino não sejam atendidas por voo regular, o deslocamento poderá ser realizado em veículo oficial ou veículo próprio, autorizado pelo Secretário-Geral, Diretor-Geral de cada ramo do MPU ou Procurador-Chefe da Unidade, no âmbito de suas respectivas atribuições.

~~§ 2º Ainda que haja disponibilidade de voo regular na sede do proposto, este poderá optar pela utilização de veículo próprio, caso em que fará jus à indenização de que trata o § 3º do art. 6º, desde que, cumulativamente:~~

§ 2º Ainda que haja disponibilidade de voo regular na sede do proposto, este poderá optar pela utilização de veículo próprio, caso em que fará jus à indenização de que trata o § 3º do art. 6º, desde que o custo total do deslocamento não seja superior ao que se teria com a utilização do transporte aéreo. (Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 111, de 3 de outubro de 2019)

a) a distância entre as cidades de origem e destino não seja superior a 500 quilômetros, adotando-se a rota rodoviária de menor percurso;

b) o custo total do deslocamento não seja superior ao que se teria com a utilização do transporte aéreo.

Art. 16. A emissão do bilhete aéreo deverá ser realizada considerando o horário e o período das atividades a serem desenvolvidas pelo proposto, o tempo de traslado, e a otimização do trabalho, observados os seguintes parâmetros:

I - a escolha do voo deve priorizar a menor tarifa disponível para voos de duração semelhante, independentemente da empresa aérea prestadora do serviço;

II - a escolha do voo deve recair prioritariamente em percursos de menor duração, evitando-se, sempre que possível, trechos com escalas e conexões.

§ 1º As solicitações de alterações de percurso, data ou horário no deslocamento aéreo deverão ser devidamente justificadas pelo proposto e somente serão efetuadas com a autorização do Secretário-Geral ou Diretor-Geral de cada ramo do MPU e no interesse do serviço a que forem destinados.

§ 2º Não serão custeadas ou providenciadas quaisquer alterações de passagens emitidas, percurso, data ou horário de deslocamento, quando pretendidas no exclusivo interesse do proposto.

§ 3º A Administração poderá adquirir juntamente com o bilhete aéreo a franquia de 1 (uma) bagagem por trecho, observadas as restrições de peso ou volume impostas pela companhia aérea, e atendidos os seguintes critérios: ([Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 13, de 21 de fevereiro de 2018](#))

I - o requerimento de despacho de bagagem seja feito na solicitação de viagem registrada em nome do proposto no sistema eletrônico de gestão de viagens; ([Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 13, de 21 de fevereiro de 2018](#))

II - o afastamento compreenda no mínimo 3 (três) pernoites fora da sede, no interesse exclusivo do serviço; e ([Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 13, de 21 de fevereiro de 2018](#))

III - a categoria tarifária do bilhete aéreo não contemple a franquia de bagagem. ([Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 13, de 21 de fevereiro de 2018](#))

§ 4º O proposto poderá solicitar o reembolso da despesa pelo despacho de bagagem: ([Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 13, de 21 de fevereiro de 2018](#))

I - desde que a franquia não tenha sido adquirida pela Administração, observados os critérios contidos no § 3º e limitado ao menor valor praticado pela companhia aérea; ([Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 13, de 21 de fevereiro de 2018](#))

II - quando excedida a franquia adquirida por motivo de necessidade do serviço, desde que devidamente comprovado.

§ 5º É obrigação do proposto verificar as restrições de peso, dimensões e conteúdo de sua bagagem de mão, não sendo objeto de ressarcimento quaisquer custos incorridos pela inobservância às regras da companhia aérea ([Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 13, de 21 de fevereiro de 2018](#))

.....

“§ 6º Nos casos de deslocamentos do Procurador-Geral da República, autoridades ameaçadas e equipe de segurança, as passagens aéreas poderão contemplar a marcação de assento, para assegurar a autoridade protegida os primeiros assentos da aeronave.

§ 7º Não se aplica aos Procuradores-Gerais a restrição de franquia de bagagens prevista no § 3º do artigo 16.

§ 8º Poderá ser autorizada a marcação de assentos e a aquisição de franquia de bagagens aos Secretários ou Diretores Gerais, aos chefes de gabinete dos Procuradores-Gerais ou às autoridades por eles autorizadas." ([Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 97, de 21 de junho de 2022](#))

.....

Art. 17. As diárias internacionais serão concedidas a partir da data do afastamento do território nacional e contadas integralmente do dia da partida até o dia do retorno.

§ 1º Quando o afastamento para o exterior exigir pernoite em território nacional, porém fora da sede de exercício, será concedida diária nacional integral.

§ 2º A diária nacional integral será concedida quando se configurar necessidade de retornar à sede de exercício no dia seguinte ao da chegada ao território nacional.

Art. 18. A Administração poderá autorizar viagem, com o pagamento de diárias e passagens, para pessoa física que se deslocar para o exterior a fim de prestar serviços não remunerados e cuja colaboração se revelar indispensável aos trabalhos desenvolvidos pelo MPU, observadas as disposições constantes desta Portaria.

Parágrafo único. Aplicam-se às viagens para o exterior, no que couber, as disposições do art. 11.

Art. 19. O proposto poderá optar pelo recebimento das diárias internacionais em moeda brasileira, sendo o valor convertido pela taxa de câmbio do dia da emissão da Ordem Bancária, ou, no caso de opção pelo recebimento das diárias em moeda estrangeira, caberá ao ramo do MPU proceder à aquisição junto ao estabelecimento credenciado e autorizado a vender moeda estrangeira a órgãos da Administração Pública.

Art. 20. A passagem aérea para os voos internacionais destinada aos propostos será adquirida pelo órgão competente, na classe executiva para os membros, quando houver disponibilidade no momento da emissão da passagem, e na classe econômica para os servidores. ([Represtinado pela Portaria PGR/MPU nº 97, de 21 de junho de 2022](#)).

~~Art. 20. A passagem aérea para os voos internacionais destinada aos propostos poderá ser adquirida pelo órgão competente, na classe executiva para os Procuradores-Gerais, Subprocuradores-Gerais, Procuradores Regionais, Procuradores de Justiça e Procuradores da Justiça Militar, quando houver disponibilidade no momento da emissão da passagem, e na classe~~

econômica para os demais cargos. (Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 1, de 18 de janeiro de 2016)

§ 1º Poderá ser concedida aos servidores passagem de classe executiva nos trechos em que o tempo previsto de voo entre o último embarque no território nacional e o destino for superior a oito horas, e aos servidores ocupantes de cargo em comissão CC-5 ou superior, quando houver disponibilidade no momento da emissão.

§ 2º Aos propostos, na qualidade de acompanhante, poderá ser concedida passagem na classe atribuída à autoridade acompanhada, quando houver disponibilidade no momento da emissão da passagem.

Art. 21. Não ensejam o pagamento de diárias e passagem as viagens ao exterior com ônus limitado, que implicam direito apenas ao vencimento e às demais vantagens do cargo, função ou emprego, assim como as viagens sem ônus, que não acarretam qualquer despesa para a Administração.

Art. 22. Aplicam-se as disposições desta Portaria ao proposto que acompanhar membro ou servidor com deficiência em viagem a serviço ou com limitação de deslocamento quando convocado para junta médica oficial.

§ 1º A concessão de diárias para o acompanhante será autorizada a partir do resultado de perícia médica oficial que ateste a necessidade de acompanhamento no deslocamento do membro ou servidor.

§ 2º A perícia de que trata o § 1º terá validade máxima de cinco anos, podendo ser revista a qualquer tempo, de ofício ou mediante requerimento.

§ 3º O valor da diária do acompanhante será igual ao valor da diária de colaborador nível médio.

§ 4º O servidor com deficiência poderá indicar o seu acompanhante, fornecendo as informações necessárias para os trâmites administrativos.

Seção II

DOS DESLOCAMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO

OU ATUAÇÃO EM AUDIÊNCIAS E REUNIÕES FORA DA SEDE

Art. 23. Os deslocamentos de membros do MPU para participar de reuniões, cumprir substituição ou atuar em audiências, fora da sua unidade de lotação, com pagamento de diárias, observada a disponibilidade do respectivo referencial monetário, não poderão ultrapassar 60 (sessenta) dias no respectivo exercício financeiro.

§ 1º O limite fixado no caput não se aplica aos deslocamentos de membro lotado em unidade polo para município de unidade satélite, observada a disponibilidade do respectivo referencial monetário.

§ 2º As substituições poderão ocorrer em razão de afastamento do único membro do MPU lotado na unidade ou pelo menos da metade dos membros da unidade, este último por período superior a quinze dias úteis.

§ 3º Para os fins previstos no parágrafo anterior, considera-se afastamento aquele procedido por iniciativa do Procurador-Geral de cada ramo no interesse institucional ou decorrente de imposição legal.

§ 4º Ressalvadas as situações excepcionais, previamente justificadas, não será autorizado o deslocamento para acompanhar o cumprimento de carta precatória ou carta de ordem.

Art. 24. Em caso de necessidade, prévia e devidamente justificada, o Secretário-Geral ou Diretor-Geral do ramo pertinente poderão autorizar, em caráter excepcional, auxílio extraordinário não contemplado no art. 23, observada a pertinência do motivo e a disponibilidade do respectivo referencial monetário.

Art. 25. Os membros lotados em unidades que recebam procuradores para cumprir substituição estarão impedidos, no mesmo mês, de se deslocarem para cumprir substituição em outra unidade.

Parágrafo único. Considera-se mesma unidade de lotação para os fins previstos no caput aquelas que se encontram fisicamente instaladas na mesma sede.

Art. 26. É vedado o deslocamento de servidor para assessoramento de membro nas hipóteses de substituição ou auxílio extraordinário fora da sua unidade de lotação.

Art. 27. Para fins de concessão das diárias e passagens previstas nesta Portaria, só será autorizada a realização de uma reunião geral do colégio de membros da unidade por ano.

Parágrafo único. Em caso de necessidade, prévia e devidamente justificada, o Secretário-Geral ou Diretor-Geral do ramo pertinente poderão autorizar, em caráter excepcional, a realização de reunião extraordinária, observada a disponibilidade do respectivo referencial monetário.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. As indenizações previstas nesta Portaria serão autorizadas por ato do Procurador-Geral da República e dos Procuradores-Gerais de cada ramo do MPU, em relação aos seus respectivos propostos, permitida a delegação de competência.

Art. 29. O preenchimento do formulário eletrônico de requerimento de viagens e a revisão das solicitações caberão aos servidores designados na unidade para tal finalidade.

Parágrafo único. Os formulários e documentos previstos nesta Portaria poderão ser incorporados aos sistemas eletrônicos de cada ramo.

Art. 30. Os eventos institucionais e quaisquer outras atividades promovidas pelos ramos do MPU deverão ser programados conforme as seguintes diretrizes:

I - quando realizados em segundas-feiras, deverão iniciar-se no período da tarde;

II – quando realizados em sextas-feiras, deverão encerrar-se até o meio dia.

Parágrafo único. Em caso de impossibilidade, devidamente justificada, do cumprimento das diretrizes fixadas nos incisos anteriores, a programação deverá ser previamente autorizada pelo Procurador-Geral do respectivo ramo.

Art. 31. Responderão solidariamente pelos atos praticados em desacordo com o disposto nesta Portaria, o revisor, o autorizador e o proposto que houver recebido as diárias, na medida de suas responsabilidades.

Art. 32. A fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas nesta Portaria será exercida pela Auditoria Interna do Ministério Público da União, nos termos dos artigos 70 e 74 da [Constituição Federal](#).

Art. 33. Após 60 (sessenta) dias da publicação da Lei Orçamentária Anual, cada unidade administrativa de gestão será informada sobre o limite de gastos com diárias e passagens a ela destinado para o respectivo exercício.

Art. 34. Caberá à Secretaria-Geral do MPU dirimir dúvidas sobre a aplicação das normas desta Portaria, sendo os casos omissos decididos pelo Procurador-Geral da República.

Parágrafo único. Os prazos definidos nesta Portaria poderão ser revistos periodicamente, após a sua publicação, por ato do Secretário-Geral do MPU.

Art. 35. Ficam revogadas a [Portaria PGR/MPU nº 586, de 27/09/2012](#), a [Portaria PGR/MPU nº 402, de 12/07/2012](#), a [Portaria PGR/MPU nº 651, de 18/09/2013](#), a [Portaria PGR/MPU nº 157, de 03/04/2013](#), e as demais disposições em contrário.

Art. 36. Os pedidos de deslocamentos iniciados antes da vigência desta Portaria serão regidos pela regulamentação anterior.

Art. 37. Esta Portaria entrará em vigor a partir de 1º de julho de 2014.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

Este texto não substitui o [publicado no BSMPU, Brasília, DF, p. 2, jun. 2014.](#)

MPF
Ministério Público Federal

Anexo I da Portaria PGR/MPU nº 41

	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
---	------------------------------------

VALORES DA INDENIZAÇÃO DE DIÁRIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	
CARGO	VALOR
Membro do Ministério Público da União	um trinta avos do subsídio
Analista ou Cargo em Comissão	R\$ 378,00
Técnico ou Função de Confiança	R\$ 359,00
Colaborador e Colaborador Eventual – Nível Superior	R\$ 342,00
Colaborador e Colaborador Eventual – Nível Médio	R\$ 324,00

VALORES DA INDENIZAÇÃO DE DIÁRIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	
CARGO	VALOR (R\$)
Membro do Ministério Público da União	um trinta avos do subsídio
Analista ou Cargo em Comissão	378,00
Técnico ou Função de Confiança	359,00
Colaborador e Colaborador eventual – Membro do Ministério Público/Magistratura ou cargo equivalente	um trinta avos do subsídio do Procurador da República
Colaborador e Colaborador eventual – Nível Superior	342,00
Colaborador e Colaborador eventual – Nível Médio	324

(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 60, de 19 de setembro de 2014)

VALORES DA INDENIZAÇÃO DE DIÁRIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	
CARGO	VALOR
Membro do Ministério Público da União	um trinta avos do subsídio
Analista ou Cargo em Comissão	R\$ 619,00
Técnico ou Função de Confiança	R\$ 506,00
Colaborador e Colaborador eventual – Membro do Ministério Público/Magistratura ou cargo equivalente	um trinta avos do subsídio do Procurador da República
Colaborador e Colaborador eventual – Nível Superior	R\$ 619,00
Colaborador e Colaborador eventual – Nível Médio	R\$ 506,00

(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 33, de 30 de abril de 2015)

VALORES DA INDENIZAÇÃO DE DIÁRIA NO EXTERIOR	
CARGO	VALOR
Procurador-Geral da República	US\$ 485,00
Procurador-Geral do Trabalho Procurador-Geral da Justiça Militar Procurador-Geral de Justiça Subprocurador-Geral da República Subprocurador-Geral do Trabalho Subprocurador-Geral da Justiça Militar	US\$ 461,00
Procurador Regional da República	US\$ 438,00

VALORES DA INDENIZAÇÃO DE DIÁRIA NO EXTERIOR	
Procurador Regional do Trabalho Procurador da Justiça Militar Procurador de Justiça	
Procurador da República Procurador do Trabalho Promotor da Justiça Militar Promotor de Justiça	US\$ 416,00
Promotor de Justiça Adjunto	US\$ 395,00
Analista ou Cargo em Comissão	US\$ 296,00
Técnico ou Função de Confiança	US\$ 281,00
Colaborador e Colaborador Eventual – Nível Superior	US\$ 267,00
Colaborador e Colaborador Eventual – Nível Médio	US\$ 254,00

VALOR DA INDENIZAÇÃO ADICIONAL		
CARGO	EXTENSÃO DO TRECHO	VALOR POR TRECHO
Todos os cargos	Até 100 Km	R\$ 80,00
Todos os cargos	A partir de 100 Km	R\$ 0,83 por Km adicional

VALORES DA INDENIZAÇÃO ADICIONAL		
CARGO	EXTENSÃO DO TRECHO	VALOR POR TRECHO
Todos os cargos	Até 100 Km	R\$ 122,00
Todos os cargos	A partir de 100 Km	R\$ 1,27 por Km adicional

~~(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 33, de 30 de abril de 2015)~~

VALOR DA INDENIZAÇÃO PARA DESLOCAMENTO EM VEÍCULO PRÓPRIO	
CARGO	VALOR POR QUILOMETRO
Todos os cargos	R\$ 0,83

VALORES DA INDENIZAÇÃO PARA DESLOCAMENTO EM VEÍCULO PRÓPRIO	
CARGO	VALOR POR QUILOMETRO
Todos os cargos	R\$ 1,27

~~(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 33, de 30 de abril de 2015)~~

VALOR DA INDENIZAÇÃO PARA DESLOCAMENTO EM VEÍCULO PRÓPRIO	
CARGO	VALOR POR QUILOMETRO
Todos os cargos	R\$ 1,53

~~(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 32, de 18 de abril de 2018)~~

(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 111, de 3 de outubro de 2019)

Portaria PGR/MPU nº 76/2023 – Anexo

"Anexo I da Portaria PGR/MPU nº 41, de 25 de junho de 2014"

VALORES DA INDENIZAÇÃO DE DIÁRIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	
CARGO	VALOR
Membro do Ministério Público da União	um trinta avos do subsídio
Analista ou Cargo em Comissão	R\$ 619,00
Técnico ou Função de Confiança	R\$ 506,00
Colaborador e Colaborador eventual - Membro do Ministério Público/Magistratura ou cargo equivalente	um trinta avos do subsídio do Procurador da República
Colaborador e Colaborador Eventual - Nível Superior	R\$ 619,00
Colaborador e Colaborador Eventual - Nível Médio	R\$ 506,00

VALORES DA INDENIZAÇÃO DE DIÁRIA NO EXTERIOR	
CARGO	VALOR
Procurador-Geral da República	Equivalente à fixada para os Ministros do STF
Procurador-Geral do Trabalho Procurador-Geral da Justiça Militar Procurador-Geral de Justiça Subprocurador-Geral da República Subprocurador-Geral do Trabalho Subprocurador-Geral da Justiça Militar Conselheiro ou membro auxiliar do CNMP, CNJ, CJF, e CADE	100%*
Secretário-Geral Diretor-Geral Chefe de Gabinete de Procurador-Geral Membro auxiliar ou ocupante de CC5 ou superior Procurador Regional da República Procurador Regional do Trabalho Procurador da Justiça Militar Procurador de Justiça	95%*

(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 76, de 3 de maio de 2023)

"Anexo I da [Portaria PGR/MPU nº 41, de 25 de junho de 2014](#)"

VALORES DA INDENIZAÇÃO DE DIÁRIA NO EXTERIOR	
CARGO	VALOR
Procurador da República Procurador do Trabalho Promotor da Justiça Militar Promotor de Justiça Membro de Carreira de Estado	90,25%*
Promotor de Justiça Adjunto	85,75%*
Membro do Ministério Público ou da Magistratura Judicial (Colaborador)	Percentual relativo ao nível equivalente de cada carreira
Servidor em Assistência direta a Membro com acompanhamento integral	80% do valor pago ao membro assistido
Servidor em Assistência direta a Membro	70% do valor pago ao membro assistido
Servidor ocupante de CC5 ou superior	70%*
Analista Servidor ocupante de Cargo em Comissão	55%*
Técnico Servidor ocupante de Função de Confiança Colaborador e Colaborador Eventual - Nível Superior	45%*
Colaborador e Colaborador Eventual - Nível Médio	35%*

[\(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 76, de 3 de maio de 2023\)](#)

* Percentual calculado sobre o valor pago ao PGR

VALOR DA INDENIZAÇÃO ADICIONAL	
CARGO	VALOR POR TRECHO
Todos os cargos	R\$ 122,00

[\(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 76, de 3 de maio de 2023\)](#)

"Anexo I da [Portaria PGR/MPU nº 41, de 25 de junho de 2014](#)"

VALOR DA INDENIZAÇÃO PARA DESLOCAMENTO EM VEÍCULO PRÓPRIO	
CARGO	VALOR POR KM
Todos os cargos	R\$ 1,53

[\(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 76, de 3 de maio de 2023\)](#)

Anexo II da Portaria PGR/MPU n° 41

	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO		N° do cadastro: _____
SOLICITAÇÃO DE REEMBOLSO PELA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PRÓPRIO (Portaria PGR/MPU n° ____/2014)			
Dados do Beneficiário			
Nome do interessado:			
Cargo:	Função:	Lotação:	
Conta Corrente:	Agência:	Banco:	CPF:
Dados da Viagem			
Origem:	Destino:		
Justificativa da Viagem:			
Data do Afastamento:	Número de dias:		
Prorrogação: () Não () Sim	Período da prorrogação:		
Dados do veículo			
Marca:	Tipo/Modelo:	Placa:	
Odômetro na Saída	Odômetro na Chegada:	Quilômetros Percorridos:	
Declaração do proposto			
Declaro serem verdadeiras as informações aqui prestadas.			
_____	____/____/____	_____	
Local	Data	Assinatura com Carimbo	
Ordenador			
Autorizo a indenização na forma e limites estabelecidos da Portaria PGR/MPU n°_____.			
_____	____/____/____	_____	
Local	Data	Assinatura com Carimbo	

(Redação dada pela Portaria PGR/MPU n° 111, de 3 de outubro de 2019)

Anexo III da Portaria PGR/MPU nº 41

	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			Nº do cadastro: _____
SOLICITAÇÃO DE REEMBOLSO DE DESPESA EM VIAGEM A SERVIÇO (Portaria PGR/MPU nº ____/2014)				
DESTINATÁRIO:			E-MAIL:	
PROPOSTO:			MATRÍCULA:	
CARGO/FUNÇÃO:	LOTAÇÃO:	UF:	TELEFONE:	
CONTA CORRENTE:	AGÊNCIA:	BANCO:	CPF:	
TRECHO	PERÍODO		MEIO DE TRANSPORTE	
JUSTIFICATIVA DO SERVIÇO:				
DESPESA (hospedagem, combustível, alimentação e/ou locomoção urbana)	DESCRIÇÃO*	Nº DA NOTA FISCAL (Anexar as notas)	VALOR	
* Especificar as quantidades de dias de estada, distância percorrida e combustível consumido, de refeição e de trechos de táxi utilizados quando se tratar de despesa com hospedagem, deslocamento com veículo próprio, alimentação e locomoção urbana respectivamente, devendo todos estarem comprovados nas notas fiscais ou recibos que contenham descrição unitária e detalhada dos produtos e serviços prestados.				
DECLARAÇÃO DO PROPOSTO				
Declaro ser da minha responsabilidade a autenticidade das informações aqui prestadas bem como dos documentos Anexos.		DATA:	CARIMBO E ASSINATURA :	
DESPACHO DO REVISOR				
Atesto que esta solicitação cumpre todas as formalidades regulamentares.		DATA:	CARIMBO E ASSINATURA :	
DESPACHO DO AUTORIZADOR				
Declaro que concordo com a realização da despesa e que não houve tempo hábil para efetuar a solicitação de diárias e passagens para a viagem em questão.		DATA:	CARIMBO E ASSINATURA :	
DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE				
DESPACHO : () AUTORIZO () NÃO AUTORIZO		DATA:	CARIMBO E ASSINATURA :	

(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 111, de 3 de outubro de 2019)

